

ATA Nº22

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de **dois mil e vinte e cinco**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**:

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA	
1º -	APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2024
3º -	ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2025
4º -	2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDE OPÇÕES DO PLANO 2025
5º -	LE-EDI 80/20214 - FOCO & AÇÃO - RECONHECIMENTO DE INTERESSE AO PROJETO “GARDEN CLUB”
6º-	PROJETO DA CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
7º-	PROJETO DE REGULAMENTO DE INCENTIVO À PRODUÇÃO PECUÁRIA EM VALENÇA
8º-	PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS MODOS DE PRODUÇÃO INTEGRADA E PRODUÇÃO BIOLÓGICA
9º-	PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA REDE MUSEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

O **Presidente da Assembleia Municipal, José António Moreira Cerqueira**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** dos Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhe é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Deputados Dora Marisa Alves Guterres, Vítor Manuel Costa de Oliveira, Filipe Fernandes Taveira, Liliana Fernandes Mateus, Álvaro Agostinho Alves e Jorge Rodrigues Moura foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, pelos Deputados Laureano Pinheiro, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Rosa Maria Martins de Sousa Pinto, Francisco José Rodrigues Romeu, Antonina Ferreira de Sousa Mendes e Luís António Gonçalves Agra. Verificaram-se, ainda, as **faltas** dos Membros dos membros André Rodrigues, Carlos Pereira, Paulo Esteves e Pedro Lemos, os quais ficam sujeitos à entrega da correspondente justificação de falta nos prazos estabelecidos e de acordo com o previsto a nível regimental. _____

Verificadas as **substituições**, a sessão iniciou com vinte e **cinco (vinte e cinco) membros** e contou com a presença de 28 (**vinte e oito) membros**, que se seguem: José António Moreira Cerqueira, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Débora Patrícia Alfaya Ferreira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Laureano

Pinheiro, Sebastião António Silva Alves, Inês Rita da Silva Ferreira, Luís Manuel Gomes Amorim, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, José António Lopes Nogueira, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Luís António Gonçalves Agra, Carla Susana de Oliveira Conde, Francisco José Rodrigues Romeu, Rosa Maria Martins de Sousa Pinto, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, Armando Rodrigues Fernandes, Antonina Ferreira de Sousa Mendes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Presidente da Câmara Municipal**, José Manuel Vaz Carpinteira e respetivos **Srs. Vereadores** Manuel Rodrigues Lopes, José Temporão Monte, Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues, Arlindo Amorim de Sousa. _____

Assumiram funções para 1º e 2º secretários, em exercício, as Deputadas Maria da Conceição da Cunha Pereira e Débora Patrícia Alfaya Ferreira, respetivamente. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dando início ao período de intervenção do público, o **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura do período a inscrições, não tendo existido qualquer inscrição. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

RESUMO DE EXPEDIENTE: Referiu que o resumo de expediente estava disponível para consulta caso fosse do interesse, tendo sido autorizada, por ter sido solicitada, a dispensa da leitura do mesmo. _____

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA 27/02/2025: Colocada a ata a apreciação e não tendo surgido pedidos de correções, a Assembleia Municipal, num universo de **21 (vinte e um) membros**, aprovou, por **unanimidade**, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 27/02/2025. Os membros Débora Ferreira, Antonina Mendes, Diogo Mota, Luís Agra e Laureano Pinheiro (5) não tomaram parte na votação. _____

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÃO E EMISSÃO DE VOTOS
A Assembleia Municipal de Valença, por proposta da Mesa, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, o qual, após ter sido lido pela 1ª secretária em exercício, foi aprovado, por unanimidade, prestando um minuto de silêncio pelo falecimento da Sua Santidade. _____

“Voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco

A Mesa da Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, figura ímpar da nossa era, cuja vida e pontificado foram marcados por um inabalável compromisso com a justiça social, o diálogo inter-religioso, a paz e a dignidade humana. A sua voz serena, mas firme, ecoou por todo o mundo como o apelo à solidariedade, à empatia, à construção de um mundo mais justo e mais humano. O legado do Papa Francisco ultrapassa fronteiras religiosas, sendo reconhecido como um símbolo de esperança e de compromisso com os valores fundamentais da humanidade. A Assembleia Municipal de Valença presta homenagem à memória deste líder, desejando que ela perdure como inspiração para «*todos, todos, todos*» quantos acreditam num mundo mais

solidário, fraterno e pacífico. Paços do Concelho de Valença, 29 de Abril de 2025.” _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES: Passando às **interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as intervenções que se seguem: _____

- **O Deputado José Nogueira** mencionou que é dever do Estado assegurar e garantir a saúde e a vida dos seus cidadãos, direito inalienável. O Serviço Nacional de Saúde não tem dado resposta cabal aos problemas dos portugueses, mormente dos valencianos e das valencianas. O SAP noturno em Valença encerrou, há vários anos, e o SUB foi para Monção. A edilidade não tem dinheiro para se substituir ao Governo a este propósito. Quando um chefe de gabinete de uma ministra da Saúde não consegue reverter esta situação, há que continuar a pensar na definição de prioridades, agora, a nível local, a grande maioria dos valencianos e das valencianas não pode suportar os custos com um seguro de saúde. As despesas de saúde asseguradas pelas famílias em Portugal, em percentagem do total das despesas do país é de 29,7. Pior na União Europeia só a Bulgária, Grécia, Lituânia, Letónia e Malta. O peso das despesas de saúde pagas pelas famílias portuguesas no seu orçamento é de 5%. Pior, na União Europeia só Malta. 1 milhão de portugueses nunca vai ao dentista, dos quais 300.000 porque não têm dinheiro para pagar. Se revertêssemos isto para Valença, veríamos que pelo menos 30 pessoas em Valença nunca iria ao dentista. Pode ler-se o desenvolvimento destas notícias no Expresso desta última semana. Lê-se no Portal Municipal que o Município de Valença, no ano de 2023, passou a integrar a Rede de Municípios Saudáveis, a qual tem por objetivos apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do Projeto Cidades Saudáveis nos municípios que pretendam assumir a promoção da saúde como uma prioridade e agenda dos decisores políticos, promover e intensificar a cooperação e a comunicação entre os municípios que integram a rede e entre as restantes redes nacionais participantes no projeto Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, assim como apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção em ganhos de saúde. Urge instituir um Seguro Municipal de Saúde, por forma a ajudar os munícipes a melhorar a saúde e a qualidade de vida com um programa complementar ao do Serviço Nacional de Saúde como já se efetiva em vários municípios do país. _____

- **O Membro Luís Agra** questionou, a propósito da recente inauguração o Espaço Coworking, o motivo de não ter sido convidado para a mesma o jovem que participou e venceu com esta proposta no Orçamento Participativo Jovem, principal responsável por esta realidade. _____

- **O Membro Alberto Vilas** iniciou a sua intervenção a dizer que lhe foi manifestado que é impossível fazer um parte do trajeto do parque de skate junto ao Centro Coordenador de Transportes. Relativamente à intervenção do Deputado José António Nogueira, corrigiu dizendo que quem define e lidera a política do ministério é o ministro ou a ministra, todos os restantes serão os complementos, ou seja um chefe de gabinete de um ministro não resolve os problemas da saúde e não se devem deixar opiniões que possam criar escola. _____

- **O Membro Inês Ferreira** referiu a propósito da Assembleia Municipal Jovem que alertou, aquando da discussão do regulamento, para o processo de eleição dos jovens de cada uma das escolas, ao que lhe foi respondido pelo Presidente da Câmara que ficava ao critério de cada escola. Pelo que ouvi na tomada de posse, o processo de eleição democrática dos jovens foi desvirtualizado uma vez que não se realizou e sendo esta a primeira experiência, o regulamento deveria ser alterado de forma a criar regras para a eleição desses jovens, pois só desta forma é que aprendem como é que funciona a democracia. Seguidamente, questionou, na sequência da concessão da tolerância de ponto aos funcionários na quinta feira santa à exceção dos da área do desporto, o motivo desta discriminação. Por último, na mesma linha

do reconhecimento e da homenagem que se acabou de fazer à sua Santidade Papa Francisco, considera, à semelhança do que já referiu, também, no dia 25 de abril, que deveriam estar mais próximos dos cidadãos. _____

- **A Deputada Paula Natal** agradeceu e homenageou a extrema dedicação daqueles que se disponibilizaram para ajudar a população perante o apagão ocorrido na véspera, designadamente aos Bombeiros Voluntários de Valença, à GNR de Valença, à Proteção Civil Municipal, aos Presidente de Juntas, à Câmara Municipal e até aos voluntários independentes, associações, coletividades. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** questionou, a propósito do lixo depositado no Parque Empresarial de Valença proveniente das torres eólicas, quais as diligências no sentido da sua remoção. _____

- **A Deputada Débora Ferreira** congratulou o Município por mais uma iniciativa em prol do bem estar animal. É notório o interesse e a preocupação pela causa animal deste executivo. Para além da construção do Centro de Recolha Oficial para Cães e Gatos e a implementação do Programa de Esterilização de Animais, o Município avançou agora com a instalação de abrigos para gatos em diferentes pontos da cidade. Esta iniciativa não só promove o bem estar dos animais e a melhoria das suas condições, mas também tem um impacto significativo na imagem da própria cidade, uma vez que o que existia carecia de condições de higiene e dava mau aspeto às ruas. Todos beneficiam com esta medida. _____

- **O Deputado Luís Brandão** desejou que a sessão da Assembleia Municipal jovem seja proveitosa e, acima de tudo, um exercício de aprendizagem para a cidadania e de liberdade que é fundamental para quem quer viver em democracia. Seguidamente, solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse o balanço do apagão, relativamente aos mecanismos de Proteção Civil. Felizmente, resolveu-se ao início da noite, mas que antevia a possibilidade de se poder prolongar por um período mais longo e a Câmara inclusivamente divulgou um comunicado sobre esta matéria, contudo seria interessante perceber quais foram as dificuldades que a Câmara encontrou no teste aos mecanismos dos instrumentos que tinha disponíveis para esta situação. Prosseguindo, solicitou que o Presidente explanasse acerca do funcionamento e importância do programa “Radar Social” para a sociedade valenciana, cujo objetivo julga ser para apoiar e estar mais próximo daqueles que mais necessitam. Por último, solicitou o ponto de situação dos processos que estão em curso e que julgo que estarão quase concluídos, que é o caso da tentativa de classificação de O Lanço da Cruz como património cultural imaterial e dos fortes da Restauração e Cruzeiros do Caminho de Santiago. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal começou por frisar ao Deputado José António Nogueira que, obviamente, a saúde é fundamental para todos e que ainda há muito trabalho a fazer a nível nacional, regional e local. O Executivo Municipal está a ponderar instituir um seguro de saúde, complementar ao SNS. Seguidamente, disse ao Membro Luís Agra que o espaço *coworking* ainda não foi inaugurado, no entanto sê-lo-á em breve. As suas instalações estarão localizadas na Avenida Miguel Dantas, n.º 69. Prosseguindo, agradeceu a intervenção do Membro Alberto Vilas relativamente ao Skate Park e ao Pumptrack, informando que a obra ainda não está concluída já que faltam os arranjos exteriores. Quanto à intervenção do Membro Inês Ferreira, disse que é normal e usual a concessão de tolerância de ponto da tarde no feriado da Quinta-feira Santa e da segunda-feira de Páscoa, com exceção dos serviços abertos ao público, designadamente a piscina, turismo, biblioteca e parque de estacionamento, que funcionaram normalmente. Os trabalhadores que permaneceram em funções em dias de tolerâncias de ponto são compensados nos termos legais. Relativamente ao apagão mencionado pelos Deputados Paula Natal e Luís Brandão, constatou que foi um dia atípico para todos, pois ninguém sabia o que estava a acontecer. As autarquias não receberam qualquer informação, sugestão ou orientação por parte do Governo. A

informação de que dispunham era a que se ouvia na Comunicação Social. Perante a ausência de informação quanto ao tempo necessário para a reposição da energia, o Executivo entendeu reunir com a Proteção Civil Municipal, a GNR, os Bombeiros e o INEM, para avaliar o ponto de situação e em caso de necessidade ativar os respetivos serviços. Diligenciaram geradores para os bombeiros, GNR e ao Centro de Saúde forneceram gasóleo para o gerador existente. No que concerne à intervenção do Deputado Sebastião Alves relativamente aos resíduos das eólicas informou que a empresa foi novamente notificada para dar cumprimento à ordem de retirada dos respetivos resíduos. Relativamente à intervenção Deputada Débora Ferreira, agradecendo a mesma, referiu que o Executivo Municipal continua a desenvolver projetos para o bem-estar animal. No que diz respeito à intervenção do Deputado Luís Brandão acerca do Lanço da Cruz disse que a consulta pública para a classificação como Património Cultural Imaterial estava a decorrer. Relativamente ao Radar Social, trata-se de uma equipa de intervenção social na comunidade que em parceria com o CLAS - Conselho Local de Ação Social para identificar e acompanhar pessoas em pobreza ou situação de exclusão. Quanto à classificação dos fortes de restauração e cruzeiros no Caminho de Santiago como património e interesse municipal, a Câmara aprovou por unanimidade a abertura do processo, para o Cruzeiro do Forte de São Jorge, na freguesia da Silva, o Forte de São Luís Gonzaga, em São Pedro da Torre, o Forte do Tuído e o de Forte de São Francisco, em Gandra, o Forte de Belém, em Arão e o Forte de Verdoejo. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se registado as intervenções seguintes: _____

- O **Deputado José António Nogueira**, relativamente processo judicial n.º 12, cuja autora é o Município de Cerveira e o Município de Valença e Réu o Estado Português, no qual foi proferida a decisão que absolveu os Réus e os contrainteressados da instância, ou seja não deu em nada pelo que solicitou informação acerca do processo. _____

- O **Membro Alberto Vilas**, também solicitou informação detalhada acerca do processo judicial nº 12 assim como quanto a eventual construção ou aproveitamento da construção existente junto ao Edifício Lepanto, uma vez que ao longo dos anos o Município comprou terrenos naquela área exatamente para não haver tanta pressão urbanística questionando se este executivo também comprou algum e se com a permissão de construção desse edifício cria mais pressão urbanística naquela área da Cidade Nova. _____

- O **Membro Inês Ferreira** questionou o motivo de ainda não ter sido notificado o Agrupamento 453 do Corpo Nacional de Escutas da atribuição do voto de louvor pela Assembleia Municipal. Voltou a reforçar o problema do estrangulamento da Rua do Jardim, delimitado por chapas há mais de um ano e a causar diversos transtornos aos que nela circulam, podendo suceder um acidente com danos graves e irreversíveis, sem solução à vista, cuja resposta do Presidente da Câmara é: “Pagam as taxas e pedem prorrogação do prazo”. Outra situação, relacionada com o apagão, questionou caso as pessoas mais vulneráveis precisassem de ajuda de que forma obtinha uma resposta se não existiam redes móveis, tendo exemplificado com o seu atual contexto familiar. Sabe que diversas ocorrências sucederam em que a população acabou por ser socorrida. É um problema grave e que provavelmente o Presidente da Câmara não tem resposta neste momento para lhe dar, pelo que questionou caso venha a haver uma próxima circunstância como é que população, em situação de aflição, pode agir.

- **O Deputado Sebastião Alves** solicitou ao Presidente da Câmara esclarecimentos quanto à remodelação da rede de abastecimento de água ao loteamento das Pedras Brancas que está em execução, pelo facto de numa das suas deslocações à ADAM, atendido por duas engenheiras Ana Rocha e Adriana Silva que lhe disseram que aquela hidropressora é só para o abastecimento de água aos edifícios, que não contempla o serviço de incêndios. Existem uma série de edifícios já construídos no concelho, uns à espera de licenciamento e outros já licenciados, questionando de quem será a responsabilidade em caso de acidente. Acha que a água nunca será ligada e se for será a tanques construídos a expensas dos próprios requerentes e aí haverá o serviço de incêndios, mas sem marcos de incêndio, o que contraria inclusive a legislação em vigor. Teve a preocupação de contactar o Comandante da Proteção Civil, Eduardo Afonso a expor a situação. Assunto este que o próprio também já havia exposto ao Engenheiro Victor Araújo e arquiteto Luís Guimarães e todos são unânimes na urgência de uma reunião com a AdAM. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal após agradecer as intervenções informou, em relação às questões colocadas pelos Deputados José António Nogueira e Alberto Vilas, acerca do motivo de ter sido proferida a decisão de absolver os Réus no processo da ADAM, que a ação intentada tinha por objeto a saída da ADAM dos Municípios que se sentem prejudicados, sem prejudicar todos os outros membros da empresa e o que está previsto no contrato de parceria público-privada é a possibilidade da saída mas para a totalidade dos Municípios. O tribunal entendeu que os autores, neste caso os municípios de Valença e de Cerveira, tinham apenas seis meses para, contados do dia da assinatura do contrato de parceria, 11/01/2019, para arguir a invalidade da cláusula em apreço, sair individualmente da empresa, ou seja entregue no tribunal até ao dia 11/07/2019, o que não sucedeu. Termos em que o Tribunal não tinha condições para apreciar essa ação. Quanto ao mencionado pelo Deputado Alberto Vilas, relativamente à construção no Lote 2, junto ao Edifício Lepanto, disse que está ilegal há 20 anos. O que se pretende, em termos urbanísticos, é dignificar esse espaço com a possível construção de um rés do chão mais dois pisos, beneficiando de estacionamento e jardim, subordinado ao parecer do proprietário. A Deputada Inês Ferreira referiu uma questão que preocupa a todos, o edifício da Rua do Jardim. O Município já notificou o proprietário no sentido de resolver o problema de segurança rapidamente. Portanto, aguarda-se o término do processo, para dar um fim a esta situação vergonhosa. Relativamente à questão do serviço de emergência em situação de repetição do apagão, disse que o sucedido é um sinal para que as entidades governantes tomem diligências no sentido de não ficarmos fragilizados caso suceda novamente, acrescentando que a nível nacional não existiu qualquer contacto por parte do Governo com as Autarquias. Apenas dispunham do 112 e um telefone alternativo dos bombeiros. Inclusivamente o comunicado que fizeram, porque no momento ainda dispunham de rede a verdade é não chegou a toda a população porque algumas das redes colapsaram mais cedo. De forma a identificar problemas GNR, Bombeiros e Proteção Civil percorreram o concelho. Ao Deputado Sebastião Alves disse que o loteamento das Pedras Brancas é privado e foi construído sem aprovação das infraestruturas de água e de saneamento. A Câmara investiu 50.000,00€ (cinquenta mil euros) numa bomba hidropressora para que todos os edifícios que aí venham a ser construídos tenham água com pressão suficiente. Quanto à questão dos marcos de incêndio vão ser retirados por falta de pressão, porque a AdAM não consegue garantir água suficiente para aqueles marcos. No entanto, há um marco de incêndio próximo para emergências os Bombeiros poderem abastecer água. _____

Terminadas os esclarecimentos Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito os seguintes intervenientes: _____

- **O Deputado José António Nogueira**, relativamente ao processo da ADAM, referiu que o Partido Socialista cumpriu com aquilo que disse que ia fazer, pediu um parecer e que a seguir meteu ação em tribunal. Contudo, advertiu suficientemente nesta Assembleia que todos foram enganados, porque lhes foi dito que se quisessem, se pretendessem sair, que seria fácil sair, que somos todos pessoas de bem. _____

- **O Membro Alberto Vilas** disse, relativamente ao processo intentado contra a da AdAM, a questão que se coloca mais que saber se cumpriu uma promessa ou não, porque eleitoralmente já perceberam que não cumpriu, nem vai cumprir, se continua a pretender sair da AdAM. Todos os dias têm interações com a ADAM, todos os dias temos projetos aprovados e financiamentos a decorrer, em que AdAM é responsável pelo projeto e o Município participa com a sua quota e, portanto, é uma relação difícil de perceber. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** referiu que a AdAM recusa-se a fornecer água para edifícios não residenciais existentes já construídos em Valença, desde que esses edifícios tenham um marco de incêndio lá dentro, mesmo os proprietários construindo tanques e bombas e tendo bombas lá para terem pressão suficiente para os incêndios. Termos em que questionou quem se vai responsabilizar em caso um incêndio. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal, relativamente à questão do processo AdAM disse que, aquando da candidatura, assumiram o compromisso de mover uma ação contra a AdAM para a saída do Município de Valença e cumpriram, contudo para além dos contratos iniciais existem outros instrumentos que desconheciam e nos quais está de forma clara que os municípios só poderiam sair e poderão sair ao fim de 10 anos. Quanto ao Deputado Alberto Vilas referiu que na altura votou a favor e que sabia que não se podia sair da empresa. Não obstante decidiram avançar com a ação pelo número sete da cláusula 30 do contrato, para apesar de mencionar que a sair teriam de ser todos ao mesmo tempo, a possibilidade de alguns dos municípios que se sentem lesado poderem sair. Pediram alguns pareceres. Tem noção que qualquer empresa tem condições de sustentabilidade, senão provavelmente ao fim de seis meses ou de um ano, já tinha desaparecido com os problemas que houve inicialmente. Resultado, o tribunal proferiu a decisão de que a alteração de uma cláusula só poderia ter ocorrido nos primeiros seis meses do contrato. Poderia ser se de facto não houvesse esse impedimento, contudo neste momento não é possível sair. Considera que os municípios devem estar agregados. O que não defende é que os municípios cedem todo o património à empresa, apesar de ao fim de 30 anos voltar para o Município e à partida melhor porque os Municípios continuam a investir capitais próprios sem qualquer retorno de receita. Trata-se de um contrato que traz alguns constrangimentos aos Municípios porque não tem autoridade para exigir à AdAM obras necessárias. A empresa segue o plano que aprova. Enfim continua a considerar que foi uma mau contrato para os Municípios. Respondendo ao Deputado José António Nogueira, referiu que ainda não sabe se vão mover outra ação ou de outro género. Quanto à intervenção do Deputado Sebastião Alves disse que já reuniram com a ADAM, técnicos do Município, Proteção Civil, para debater diversos casos entre eles o apresentado. A AdAM não pode recusar-se a fornecer água. Não é isso que está em causa. Não são obrigados a fornecer água para instalações que não têm condições para receber a pressão de água que querem, nomeadamente para os marcos de incêndio. Isso tem que ser resolvido individualmente e o loteamento e apreço não tem infraestruturas aprovadas. _____

Finalizados os esclarecimentos, a Assembleia Municipal, num universo de **28 (vinte e oito) membros** apreciou: _____

- Informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro com o resumo da situação financeira do Município no dia 31/03/2025; _____
- Compromissos plurianuais assumidos entre 01/01/2025 a 11/04/2025; _____
- Apoio às freguesias entre 01/07/2024 e 31/12/2024; _____
- Listagem de empreitadas e projetos à data de 17/04/2025; _____
- Listagem dos processos judiciais pendentes em 09/04/2025 e o estado dos mesmos. _____

Chegado a este ponto da sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu fazer-se um intervalo e, uma vez aceite por todos, a sessão foi interrompida pelas 11H00 e retomada pelas 11h30. _____

PONTO 2 – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2024

PONTO 3 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2025

PONTO 4 – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2025

O Presidente da Assembleia Municipal informou que na Comissão Permanente ficou decidido que os pontos 2, 3 e 4 serão discutidos em simultâneo e com votação em separado. Presente as propostas aprovadas pela Câmara Municipal no dia 17 de abril corrente relativas ao Relatório de Gestão e Contas de 2024, alteração ao Mapa de Pessoal para 2025 e segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, foram as mesmas submetida a discussão, tendo o Presidente da Assembleia Municipal dado a palavra aos seguintes intervenientes: _____

- **O Deputado José Nogueira**, relativamente ao Relatório de Gestão e Contas de 2024 podem ter duas visões, a política e a contabilística. Sobre as opções políticas tomadas na senda do Orçamento e das GOP 2024, em grande parte não se revêm por entenderem que se podia ter feito mais e melhor pelo progresso de Valença, com a adoção e implementação das propostas e da visão que têm e que defendem. No entanto, alguns passos foram dados, embora titubeantes no bom sentido. Tanto que no orçamento e GOP 2025 foram acolhidas várias das ideias acerca do que entendiam e entendem ser o melhor para os nossos cidadãos, para as nossas cidadãs e para a nossa terra. Este relatório de Gestão e Contas de 2024 constituirá, apesar de tudo, um patamar melhor que o dos anos anteriores, pelo menos ao nível da proximidade humana e do não deslumbramento pelas obras físicas, de onde, com muita bondade à mistura e a este nível, manifestam abstenção. Quanto à segunda vertente, a meramente contabilística, puramente aritmética, desaparecidas as reservas do auditor SROC apontadas quanto ao Relatório de Gestão e Contas do ano de 2023, surge a uma ou outra que reza o seguinte: o Município de Valença, no âmbito das suas competências legais de distribuição de energia em baixa tensão, estabeleceu um contrato de concessão com entidade EDP - Distribuição atual E-REDES em 2024 e conforme divulgado na nota quatro do anexo, a entidade registou, de acordo com NCP, quatro acordos de concessão de serviços concedente o património afeto à concessão respetiva, relativo a 2023. No entanto, existem diversos efeitos decorrentes do contrato que não são possíveis de aferir à data e, portanto, não podem quantificar os efeitos que teriam em termos de ativos, passivos, resultados, direitos e obrigações. Estão convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. Relativamente à alteração do mapa de pessoal por todos os fundamentos e razões que constam da proposta submetida e que, por razões de economia e celeridade, votará favoravelmente a propugnada alteração ao mapa de pessoal para 2025/26, com a contratação de um assistente social para

reforço da equipa multidisciplinar já constituída e que muita falta faz. Quanto à segunda revisão do orçamento e GOP 2025, esta revisão aos instrumentos previsionais mencionou que a abertura da GOP 2025/12 e o reforço da dotação GOP 2023/54 neste ano e da GOP 2023/53 em 2026, mais a redução da dotação da GOP 2023/87 e da GOP 2023/54 em 2026 e porque as modificações ao orçamento e GOP serão de oportunidade. Mantém-se o sentido de voto expresso aquando da apresentação do orçamento e das GOP originais na qual esta revisão vai ser incluída, a abstenção. _____

- **O Membro Alberto Vilas** referiu que o Relatório de Gestão e Contas é meramente técnico, porque as opções políticas foram vertidas no orçamento onde poderá haver discordância com as mesmas ou alternativa. De qualquer das formas, destacou que a receita corrente foi conquistada em 91% em relação à previsão no orçamento apresentado, mas a receita de capital foi em 72%. Há aqui uma diferença significativa em relação ao tipo de receita. Receita que dá margem para poder fazer investimento no Município, para além de ter que pagar outras que estão incluídas na receita decorrente. Portanto, na receita de capital, nomeadamente na transferência de capital há uma diminuição em relação aquilo que era previsto de dois milhões e daí fazer baixar o cumprimento desta receita para 72%. Claro que na média da receita, juntando a capital com a corrente, dá uma média de 86% que naturalmente aplaudem que a mesma seja concretizada. Perceberam, também, pelos documentos que há duas ou três rubricas onde o Município tem a sua principal fonte de receita, o IMI, o Imposto Municipal sobre os Imóveis, que este ano arrecadou 1.656.000,00€. Apesar de tudo, um pouco menos que o ano anterior, em 2023. Dos mercados e feiras recebe receita para poder fazer face àquilo que pretende concretizar ao longo de um ano, neste caso do ano 2024. Prosseguindo questionou acerca do motivo da diminuição de receita nas rendas da concessão da VentoMinho, de 22.000,00€. Quanto ao balanço, nos ativos fixos tangíveis, tem a ver com os edifícios, com os equipamentos, com os veículos entre outros, em 2023 havia estava contabilizado 53.000.000,00€, mas em 2024 passam para 60.000.000,00€. Em 2024 foi adquirido o antigo Colégio Português, não sabe se é este edifício que está aqui a fazer esta diferença ou não, ou se foi uma reavaliação do património que já existia porque na verdade, se não houvesse esta grande alteração, o balanço ia ser negativo em 130.000,00€. Realçou que a diminuição do prazo médio de cobrança demonstra que o Município tem capacidade financeira e liquidez para cumprir com os seus compromissos junto dos seus fornecedores apesar de continuar com a mesma capacidade de endividamento, que não deve ser beliscada. _____

- **O Membro Inês Ferreira** reforçou a intervenção anterior dizendo que estão perante um documento técnico que espelha opções políticas e é relativamente a algumas das opções, designadamente “Ação Social”, quando afirma-se *«no ano de 2024, a instabilidade da economia mundial e os efeitos decorrentes do aumento da inflação e dos preços dos bens de primeira necessidade e do custo da habitação obrigaram a uma atuação permanente dos serviços de Ação Social do Município»*, que para a execução das grandes opções do plano, a Ação Social, teve um coeficiente de realização de 64,45%, enquanto a cultura, por exemplo, teve 90,95%. Olhando para a evolução das grandes opções de plano verifica-se que a Ação Social perdeu 26%, ou seja, gastou menos 26%. Portanto, não bate certo com citada preocupação, que entretanto, acrescentam a chegada de muitos imigrantes, o concelho de Valença, que exigiu uma atenção redobrada no apoio às famílias por parte dos serviços municipais da Ação Social. Enquanto que, por exemplo, a cultura vê o seu valor aumentado, eu não sou contra as atividades culturais. Prosseguindo, também é dito e bem que há um protocolo com o Núcleo InterParoquial da Cáritas de Valença no qual existiu um reforço e passou a dispor por ano de 15.000,00€, o que perfaz 1.250,00€ de transferência mensal e no ano de 2024 o reforço foi de mais uma mensalidade 1.250,00€, quando no ano 23 o reforço foi muito maior. Para esclarecimento também de todos, este dinheiro é única e exclusivamente para pagar as solicitações dos serviços sociais, pois as receitas próprias são poucas para outras solicitações quando as pessoas não entram nos critérios de eleição para o apoio da Ação Social. Diz também que o Balcão da Inclusão

realizou 39 atendimentos, sendo que estes implicam o preenchimento de um formulário de monitorização e registo de plataforma *online*, podendo surgir a necessidade de encaminhamento, articulação com outras entidades, questionando o que se prevê fazer com este Balcão de Inclusão, se é só um balcão para preenchimento *online* de um formulário, parece-lhe pouco. Por último, de facto o Município está a reduzir o prazo médio de pagamentos, o que é muito bom.

- **O Deputado Luís Brandão** começou pelo relatório e gestão de contas, que de facto é um documento técnico, mas que reflete a execução daquilo que foram as opções políticas que o Executivo apresentou o ano passado. É muito importante olhar para a capacidade de concretização daquilo que foram as opções propostas nesse plano e verificar que as taxas de execução média é elevada, tanto em termos de correntes como em termos de capital. Não deixou de manifestar e de estimular para que de facto haja essa melhoria, até porque na discussão do plano de atividades e orçamento, foi muito questionada a ambição e a grandeza da proposta. E quando olham para a execução, não podem deixar de congratular com o facto de se terem atingido estas taxas de execução e a expectativa é continuar ambiciosos e, simultaneamente, com taxas elevadas de execução. De facto, o encurtamento do prazo de pagamento é muito bom para a economia local e que a Câmara tem boa saúde financeira, teve um resultado que permitiu transitar valores para o exercício de 25 e têm genericamente conseguido responder àquilo que foi a sua ambição na proposta de planeamento. Relativamente à alteração do mapa de pessoal, manifestou agrado pelo reforço, contratando um assistente social que de facto se mostra necessário e que terá seguramente um impacto positivo no trabalho que o Município presta no seu território. Quanto à revisão do orçamento e grandes opções do Plano, referiu que a par de um conjunto de pequenas alterações relativamente à afetação de verbas em rubrica já abertas se verifica a entrada de valores correspondentes a candidaturas aprovadas, como é o caso da candidatura para o reforço das obras no bairro social do Bogim, na sua ampliação no valor de 530.000,00€. Finalizou a reforçar o apoio e estímulo para que o Município não perca a ambição de continuar a fazer candidaturas e a angariar verbas que venham beneficiar a qualidade de vida no nosso concelho.

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos.

O Presidente da Câmara Municipal em resposta a todos os intervenientes disse que o relatório Gestão de Contas foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal e evidencia um desempenho financeiro positivo do Município de Valença. Tem duas componentes, a técnica e a política. O Município assegurou o efetivo controlo da execução do orçamento, com uma taxa de execução superior a 86% da receita e 81% da despesa, alcançando as metas legalmente exigíveis. Dizemos que a execução do orçamento da receita atingiu, em 2024, 22,4 milhões de euros, uma das maiores de sempre. O IMI baixou, devido às isenções e as taxas estão no mínimo. A derrama, em 2024, teve um acréscimo, mais de 247.000,00€, o que também revela, enfim, alguma dinâmica empresarial no concelho. A execução do orçamento da despesa volta a subir em 2024 e atingiu também um dos maiores valores de sempre, superior a 23.000.000,00€. Por outro lado o reforçaram a autonomia das Juntas de Freguesia ao transferirem cerca de 1.200.000,00€, assim como 1.000.000,00€ para o tecido associativo local, social, cultural, recreativo, desportivo e para eventos, fomentando uma maior participação cívica e comunitária. As despesas de pessoal cresceram subjacente a atualização salarial. O Município de Valença, em 2024, teve um *superavit* de 923.000,00€, atendendo à diferença entre a receita cobrada e a despesa faturada, com uma poupança de 1.600.000,00€ que foram financiar despesas de capital. Importante para que o Município não volte a apresentar pagamentos em atraso, sendo que o prazo já reduziu no ano passado de 26 dias para 19 este ano, quando no início deste mandato era de 46 dias. O Município teve um resultado líquido positivo de 353.000,00€ e um saldo de gerência de cerca de 1.400.000,00€. Tendo em conta o contexto e a aposta estratégica na continuidade de política de impostos baixos quem ganha com isso são as famílias valencianas, designadamente com o IMI baixo, a devolução do IRS, taxas reduzidas para a indústria,

turismo, construção e regeneração urbana, nomeadamente aqui no Centro Histórico, bem como o apoio, aos nossos estudantes valencianos através da atribuição de bolsas de estudo. Quanto à intervenção do Deputado Alberto Vilas em relação à receita da VentoMinho, o Município recebe uma percentagem da faturação. Quanto à Ação Social, mencionada pela Deputada Inês Ferreira, o Município tem investido o suficiente para que não fique ninguém no concelho por apoiar. O facto de a rubrica referido ter baixado está relacionado com os investimentos na habitação social. Todas as pessoas com dificuldades ou mais vulneráveis tem sido acompanhadas e apoiadas pelo serviço de Ação Social do Município, assim como pelo Balcão de Inclusão. No que concerne à Cáritas, neste momento está a apoiar as famílias que apresentam casos muito urgentes, já que os apoios sociais concedidos pelo Município carecem de deliberação em Reunião de Câmara o que, em muitos casos, não se coaduna com a emergência das situações. O Município de Valença orgulha-se de apoiar todas as pessoas que necessitam de apoio social. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Brandão, disse obviamente que devemos continuar a ser ambiciosos no sentido de fazer mais e melhor pelo concelho e pelas pessoas de Valença.

Seguidamente, usaram da palavra para a **segunda ronda** os seguintes intervenientes: _____

- **O Deputado José António Nogueira**, lembrou que questionou se a reserva que aparece é respeitante a 2023. Em 2024 não veio reserva nenhuma e agora diz “não podemos quantificar os efeitos que haviam em termos de ativos passivos, resultados, direitos e obrigações” e depois dizem: “Sim senhor, isto está muito bom”. Portanto, solicitou explicações e qual foi a posição definitiva da ROC. _____

- **O Membro Inês Ferreira** referiu que o está protocolado com o Núcleo Inter-paroquial da Cáritas é que este paga a medicação solicitada pelos serviços sociais à farmácia do Jardim e à Farmácia de São Pedro. Portanto, os pedidos são enviados pelo Serviço Social diretamente para as duas respetivas farmácias. Mensalmente, as farmácias enviam o montante em dívida e a Cáritas procede ao pagamento e enviamos o comprovativo do pagamento para os serviços sociais. As situações urgentes são relativas uma água que é preciso pagar ou uma luz que pelo cariz urgente a sua submissão a reunião de Câmara fica extemporânea. Relativamente ao «Endividamento – Outras dívidas a terceiros», há dívidas que se mantêm na íntegra de 1 de janeiro a 31 de dezembro e por isso é que questionou a que se deve. _____

O Presidente da Câmara Municipal, de forma a esclarecer dúvidas quanto ao conteúdo do relatório, com o aval do plenário, foi solicitado ao Chefe de Divisão Financeira Hélder Lopes, presente na sala, que procede-se aos acontecimentos necessários quanto à reserva e acerca da concessão da EDP. _____

- **O Chefe de Divisão Financeira, Hélder Lopes**, relativamente às questões colocadas, começou por responder quanto à questão da reserva dizendo que no decurso dos trabalhos a revisora não ia colocar nenhuma reserva, contudo na sequência das indicações que receberam da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, transversal ao país, obriga a mencionar, pela primeira vez, a questão da E-REDES, ou seja os valores da concessão da E-REDES que são de 2023. Os dados de 2024 apenas vão estar aprovados e validados à E-REDES posteriormente à prestação de contas, portanto, não vem em tempo útil para termos esse registo efetivo, pese embora os elementos que transmitidos pela E-REDES são valores por agregado. Muitos municípios já tinham esta reserva da E-REDES há muitos anos nas suas contas. Há a dificuldade de transmissão da informação em tempo útil e da forma mais desagregada possível para o Município poder explicar nas contas. Relativamente ao mapa da dívida, haverá sempre, valores em trânsito e não quer dizer que tenha a ver com o prazo médio de pagamentos. Este tem vindo a

descer paulatinamente, devido a uma fórmula homologada da DGAL. O mapa de dívida é relacionado com um conjunto de entidades que depois vão trabalhando com o Município com alguma regularidade, e o acréscimo da dívida tem a ver sobretudo com o volume nas empreitadas, designadamente os autos de medição de dezembro normalmente chegam à contabilidade em início de janeiro, cuja validação é realizada pelos serviços, não conseguindo pagar por processos especialização. São colocados em dívida porque foram valores executados no ano anterior e têm de estar espelhados. _____

A Assembleia Municipal apreciou e colocou **à votação, de forma individualizada**, os seguintes assuntos: _____

- **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024** _Num universo de **27 (vinte e sete)** Membros, a Assembleia Municipal apreciou, por maioria, com a abstenção do deputado José António Nogueira o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano 2024, nos termos do previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como não transcrever na ata em minuta o aludido Relatório. _____
- **1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2025**_ Nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e ainda de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3º decreto- lei n.º 209/2009 de 03 de setembro, a Assembleia Municipal, num universo de **27 (vinte e sete)** Membros, aprovou, por maioria, com 25 (vinte e cinco) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 2 (duas) abstenções das deputadas Paula Natal e Carla Conde a alteração ao mapa de pessoal de 2025 para acréscimo de 1 posto de trabalho resultante dos Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar, bem como o aditamento ao Plano Anual de Recrutamento 2025, de acordo com a proposta n.º 19/2025 aprovada em reunião de Câmara. _____
- **2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2025**_ Num universo de **27 (vinte e sete)** Membros, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com a abstenção do deputado José António Nogueira a 2ª revisão ao orçamento e grandes opções do plano 2025.

PONTO 5 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE AO PROJETO “THE GARDEN CLUB”

Presente a proposta de aprovada pela Câmara Municipal, no dia 03 de abril corrente, relativa ao Reconhecimento de interesse ao projeto “The Garden Club”, foi a mesma submetida a discussão tendo o Presidente da Assembleia Municipal dado a palavra aos seguintes intervenientes: _____

- **O Deputado José António Nogueira** referiu que a localização do empreendimento em plena área empresarial não tem cabimento. Também não se vislumbra que seja um acrescido fator de atratividade para o Município. Vê-se a possibilidade de criação de entre 38 a 41 postos de trabalho e que a sede social da empresa se acha no Município, o que poderá ser benéfico, por exemplo, a nível de arrecadação de derrama. Diz-se que o investimento a realizar se situará entre 2.255.000€ e os 3.880.000 €. Afere-se que, ao nível do projeto e do submetido a apreciação, segundo os serviços técnicos do Município, existirá total conformidade para que seja concedido o solicitado reconhecimento de interesse público municipal. Ponderados os prós e os contras, mencionou que votam a favor por ter que a diversificação face ao existente poderá assegurar a criação e manutenção dos referidos postos de trabalho e ou uma eventual arrecadação de derrama. _____

- **O Membro Alberto Vilas**, relativamente a esta intenção de investimento, questionou acerca da localização e o porquê da variação do valor em termos de investimento no primeiro contacto que a empresa fez e aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara. A expectativa é que houvesse uma obra de

2.255.000,00€, mas depois, mais à frente, apresentam um plano de investimento de 3.880.000,00€. Portanto, houve aqui algum desenvolvimento eventualmente no projeto e qual é o valor que o Município acaba por apoiar para lhe reconhecida como interesse municipal. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** iniciou a sua intervenção a fazer um breve descritivo do processo LE-EDI 80/2024 – Construção do pavilhão destinado a instalações desportivas como expresso pelo chefe de divisão. Afirma Foco & Ação, Lda. com sede no lugar das Azenhas, n.º 5, Ganfei, vem solicitar o reconhecimento de interesse municipal ao projeto “The Garden Club”, tendo em vista instruir e reforçar o procedimento da candidatura do projeto de financiamento do quadro comunitário Portugal 2030, Sistema de Incentivos à Inovação. O empreendimento está projetado para um terreno de 10.885 m² na periferia da zona industrial e armazenagem de Gandra, localizado para a direita do ângulo formado pelo acesso principal do parque e a estrada municipal, Tuído - Gandra já próximo da zona húmida da Ribeira da Formigosa e da freguesia de Gandra. O projeto apresenta-se estruturado em três valências instalações desportivas com seis campos de padel. Um ginásio com 650 m², com uma sala polivalente de 330 m² para atividades em grupo, uma sala de *spinning* de 120 m² para a prática de ciclismo indoor e outras situações. Uma sala de CrossFit de 150 m² e ainda serviços de saúde e bem estar, que é o que lhe mais chamou a atenção. Com uma clínica de fisioterapia muito necessária em Valença, num espaço que inclui tecnologia avançada com tratamento por radiofrequência INDIBA para a regeneração de tecidos. Uma câmara hiperbárica, que só há no Porto. Pelo que pôde averiguar, a prestação destes serviços tem tudo a ver com a rápida recuperação dos atletas, inclusive de alta competição, em particular para aqueles como o nosso famoso Pepe e Cristiano Ronaldo. Depois aparece um terceiro espaço de lazer e restauração. Aparece um restaurante com promissoras propostas de alimentação saudável e ainda um espaço social com cerca de 300 m². Embora já existem em Valença alguns espaços do género, o que é certo é que este empreendimento “The Garden Club” em termos de propostas, supera as expectativas mais otimistas para o concelho de Valença. Pelo exposto, mencionou que votam favorável ao reconhecimento de interesse municipal do projeto em apreço. _____

- **O Deputado Luís Brandão** mencionou que a declaração de interesse municipal requerida aparece como sendo destinada a instruir e reforçar a candidatura a um projeto financiado. Ficou com alguma dúvida com o que querem dizer com isto “instruir e reforçar”. Porque se é uma peça necessária, devia ser estar expresso, sem reforçar, apenas para dar valor, pois desta forma teriam um valor subjetivo. Relativamente ao Município, as consequências estão expressas na informação técnica, uma vez que o reconhecimento implica a concessão de isenção do pagamento de taxas municipais. Solicitou ao Presidente da Câmara que lhes dissesse a leitura que faz da instalação de um equipamento desta dimensão naquela localização e como é que o Município pretende tratar o enquadramento desta opção na mesma. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal disse que o equipamento localizar-se-á no Parque Empresarial de Valença, em Gandra, em frente ao futuro CRO, num terreno que vendido pela InterMinho à Requerente. A Requerente, portanto, solicitou ao Município o reconhecimento de interesse público deste projeto e os serviços técnicos propuseram à Câmara Municipal, a qual aprovou por unanimidade a sua submissão ao órgão deliberativo. Mais disse que o investimento ronda entre os dois milhões e meio/três milhões e meio de euros, um investimento importante para a dinâmica do Município. _____

Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o reconhecimento de interesse municipal ao projeto “The Garden Club” solicitado pela empresa Foco & Ação, Lda, tendo sido, num universo de **27 (vinte e sete)** Membros, aprovado por unanimidade. _____

PONTO 6 – CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE VALENÇA

Presente a proposta de aprovada pela Câmara Municipal, no dia 03 de abril corrente, relativa à Carta Municipal de Habitação de Valença, foi a mesma submetida a discussão tendo o Presidente da Assembleia Municipal dado a palavra aos seguintes intervenientes: _____

-O Deputado José António Nogueira disse que a Carta Municipal da Habitação (CMH) é o Instrumento Municipal de Planeamento e Ordenamento Territorial em Matéria de Habitação a articular no quadro do Plano Diretor Municipal, com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal, que, feito o diagnóstico, estabelece as prioridades e as metas para a política de habitação a empreender. É um instrumento muito importante que vale a pena aprovar. A leitura das suas cento e algumas páginas melhor permitem conhecer o concelho, o parque habitacional e as suas gentes e conhecer os planos de ação traçados e a implementar a propósito, atente-se que dos 5958 edifícios existentes em Valença, apenas 81, 81 são de promoção de habitação pública municipal e que existem 1.215 alojamentos vagos dentro e fora do mercado, com 616 alojamentos sobrelotados, alojamentos locais já são 75, com 421 camas. Prosseguindo, referiu se se lembravam da taxa turística que reprovaram. Daí que os objetivos propostos, que são os corretos, garantir uma habitação condigna a todas as famílias, privilegiar as operações de reabilitação do parque habitacional existente, dinamizar o mercado de arrendamento e aprofundar a participação e o acompanhamento das políticas municipais de habitação, tenham estratégias de prossecução em conformidade. Podem é pecar por otimismo em excesso. A Carta Municipal de Habitação é um grande passo, contudo, dependerá sempre das políticas dos executivos municipais vindouros e da capacidade de investimento municipal e da captação de investimento privado. _____

- O Deputado Luís Brandão felicitou o Município de Valença porque é talvez dos primeiros que avança com este trabalho e como não se consegue fazer um trabalho de gestão sem quantificar as coisas, é muito importante que Valença tenha uma Carta Municipal de Habitação para ajudar, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, a Câmara defender a manutenção do espaço como solo urbano ou áreas a urbanizar quando destinadas à habitação pública ou a habitação a custos controlados para eventualmente entrar no mercado de arrendamento com opção de compra. É um instrumento poderoso que a ser bem usado dá argumentos adicionais ao Município e que, numa circunstância em que tem havido tanto discurso à volta desta questão, quando inclusivamente se fez uma alteração legislativa recentemente, com a publicação do Decreto-Lei 117/2024, vulgarmente designado Lei dos Solos, é uma alteração ao regime dos instrumentos de gestão territorial. É bom saber que o nosso concelho quantificou a situação e tem uma estratégia definida para aquilo que pretende executar. Que sirva para defender melhor condição de acolhimento àqueles que procuram Valença e melhores condições de habitação para aqueles que cá residem. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal referiu que depois de tudo que já foi dito não tem muito a acrescentar, no entanto disse que é um instrumento importante para conhecer melhor o parque habitacional e as necessidades. Referiu que, por exemplo, estão identificadas cerca de 1200 casas vagas no concelho de Valença. Com este diagnóstico, caracterização e avaliação é possível trabalhar melhor o parque habitacional do concelho. Deu nota de que o projeto da Carta Municipal de Habitação foi aprovado na Câmara, esteve em discussão pública, não houve qualquer alteração ou propostas de alteração. _____

Num universo de **26 (vinte e seis)** Membros, a Assembleia Municipal **aprovou**, por unanimidade a **Carta Municipal de Habitação de Valença**.

PONTO 7 – PROJETO DE REGULAMENTO DE INCENTIVO À PRODUÇÃO PECUÁRIA EM VALENÇA

PONTO 8 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS MODOS DE PRODUÇÃO INTEGRADA E PRODUÇÃO BIOLÓGICA

O Presidente da Assembleia municipal referiu que por decisão da Comissão Permanente os pontos 7 e 8 da presente ordem de trabalhos seria discutidos juntos e objeto de votação separada. Termos em que por propostas apresentadas pela Câmara Municipal, aprovadas em sua reunião realizada no dia 17 de abril corrente, foram presentes os projetos de Regulamento de Incentivo à Produção Pecuária em Valença e o Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Produção Agrícola nos modos de Produção Integrada e Produção Biológica, sobre os quais surgiram as seguintes intervenções: _____

- **O Deputado José António Nogueira** mencionou que ambos os projetos de regulamentos, ou seja, o Projeto de Regulamento de Incentivo à Produção Pecuária em Valença e o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Produção Agrícola nos modos de Produção Integrada e Produção Biológica visam apoiar o setor primário. Os apoios concedidos, traduzidos em incentivos financeiros, são comedidos, mas não miserabilistas. Por detrás estará o Plano de Desenvolvimento Agrário do Concelho e o que dele se colheu para estabelecer prioridades e linhas de ação. O que está no *site* do Município é 2000 ou 2001. Tem mais de 20 anos. Assim, estes projetos de regulamento devem ser encarados como um passo importante no sentido de possibilitar que o Município estabilize primeiro e depois faça crescer a população ativa que se dedica a este ramo de atividade em exclusivo, que atualmente rondará os 7%. Reparem-se que dos dados que recolheu no *site* do Município, em 1981, o setor primário representava 39,9 e em 1991, 18,9. Portanto, nós estamos aqui a falar de dados, os 7% que eu refiro que estão no *site* são de 2001, para que os valencianos e os valencianas não se dediquem só à agricultura de subsistência, as folgas económico-financeiras, as ajudas e incentivos são sempre bem-vindos, mais o simples saber que o Município está atento e é solidário certamente que é uma mais-valia num setor em que as seguradoras quase que não atuam e se atuam propõe apólices, o seu montante é inatingível de satisfazer, já que a margem de lucro, quando existe, porque volátil, é reduzida, merecerão o voto favorável. _____

- **O Membro Alberto Vilas**, relativamente a estes dois projetos de regulamento, perguntou qual é o montante que o Município prevê investir para incentivos. Relativamente ao projeto Produção Agrícola nos modos de Produção Integrada e Produção Biológica as verbas que nele referenciadas saem do orçamento municipal daí a pergunta inicial. Depois, uma das condições de acesso é que essas entidades sejam certificadas, logo, tem que contratar uma empresa certificadora e depois tem a contribuição financeira que o Município disponibiliza ou que irá disponibilizar. Quando o anterior orador diz que as verbas não eram miserabilistas, alguém que tenha que fazer a certificação da sua instalação e depois o Município propõe-se dar 200,00€ no primeiro ano, 150,00€ no segundo, 125,00€ no terceiro e 100,00€ no quarto. Não são valores que incentivem à agricultura biológica. Claro que reconhecem que o aumento é positivo. Relativamente ao projeto de Regulamento de Incentivos à Produção Pecuária, as verbas são também do Município, neste o apoio máximo são 2.500,00€. Enfim, já é um valor mais interessante para quem se pretende instalar, agora dar 200,00€ por ano a uma instalação, parece-lhe um valor reduzido, contudo é uma primeira experiência, que certamente, se a procura for interessante, eventualmente o Município poderá pensar nisto com outros valores. _____

- **O Deputado Luís Brandão** referiu que estes dois regulamentos são peças que não são muito relevantes, se calhar do ponto de vista financeiro, mas que podem ser impactantes, porque tratam-se de apoios à sanidade animal, relevante para as pequenas explorações que muitas vezes as pessoas não tenham o cuidado de submeter aos exigidos procedimentos sanitários por parte das organizações de produtores, passado pela falta de controlo de doenças, como por exemplo a brucelose é um exemplo, mas há outros exemplos de doenças que são transmissíveis, inclusivamente às pessoas. A existência de um processo e apoio desta natureza torna injustificável que as pessoas possam ter animais, independentemente da quantidade, que não estejam devidamente controlados. Por outro lado, tem um incentivo à extensificação da atividade no concelho, que é referido como um valor importante e de facto, Valença tem ainda uma quantidade significativa de animais em regime extensivo. Na região Norte, nos últimos 20 anos, houve cerca de 80% de diminuição do número de explorações agrícolas para uma diminuição efetiva de 20% do efetivo. Não esquecendo que, nos anos 90, Valença foi um dos concelhos altamente prejudicado, e boa parte dos concelhos do Minho, de Caminha para cima, com a demarcação da bacia leiteira, onde o efetivo pecuário teve uma quebra abrupta de um ano para o outro porque deixaram de funcionar os postos de leite e as pessoas deixaram de ter animais para produzir leite, que eram muitas vezes os auxiliares também para boa parte dos trabalhos agrícolas. Relativamente ao projeto regulamento para os Incentivos à Produção em modo de Produção Integrada ou Produção Biológica, os valores não são muito elevados, são aos primeiros quatro anos, contudo é um incentivo adicional que o Município está a estabelecer, porque ninguém individualmente vai ter um sistema de certificação para produção integrada ou para produção em modo biológico, até porque não é possível. É o modo de produção que garante menor carga química e torna os produtos mais naturais e mais recomendáveis para a saúde. E, por isso, todos os incentivos que o Município possa dar no sentido de qualificar a produção que se faz em Valença é incentivo que merece ser louvado, reconhecido e divulgado, inclusivamente para as hortas municipais. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal quanto ao Plano de Desenvolvimento Agrário para o Concelho de Valença mencionou que a Câmara procedeu a um trabalho de caracterização, de propostas para desenvolver o setor agrário no concelho. Foi elaborado em 2024 e apresentado em 2025. Prevê várias ações para o Desenvolvimento Agrário, de entre as quais, os presentes Regulamentos de Incentivos, assim como a constituição de uma associação de agricultores, já formalizada, a Associação Regenera+ Valença. É um plano a médio e longo prazo. Acrescentou que existem 204 agricultores registados pelos serviços públicos do Ministério da Agricultura, em 2022, e temos, neste momento, mais de 1000 hectares de área agrícola. Pretendem juntar mais terras para área agrícola e incentivar os jovens, assim como outras pessoas a explorar. Já tem conhecimento de alguns empresários, de fora do concelho, interessados em vir investir nesta área, nomeadamente para a produção de vinha. Os incentivos são os valores possíveis, neste momento. No entanto, a qualquer momento podem ser alterados. Este Plano de Desenvolvimento Agrário, tem várias ações que deverão ser concretizadas nos próximos anos. No passado fez-se bastante pela floresta, mas a agricultura é bem mais importante. Por último, referiu que as propostas destes Regulamentos de Incentivos foram aprovadas pela Câmara, por unanimidade, estiveram em discussão pública e não foram objeto de sugestões. _____

Terminada a intervenção, foi dada a oportunidade da **segunda ronda**, tendo-se inscritos os seguintes intervenientes: _____

- **O Deputado José António Nogueira** disse folgar em saber que o Plano de Desenvolvimento Agrário do Concelho tenha sido elaborado em 2024 e apresentado em 2025. Suscitou que fosse publicado à semelhança da Carta Municipal. Por último, salientou que o PS vai atrás dos Nós, Cidadãos, pelo menos

o Luís Brandão falou nas hortas municipais quando não queriam. _____

- **O Deputado Luís Brandão** mencionou que Valença e os concelhos da Ribeira Minho têm áreas agrícolas muito pequenas, porque só esta zona e parte Encosta é que tem aptidão agrícola. Os territórios da montanha têm uma aptidão mais florestal e mais para a produção pecuária em regime extensivo. Folgou saber que o Presidente da Câmara ou a Câmara reconsidera a possibilidade de pegar no projeto da Veiga da Mira, que é um projeto que, além de ter uma mancha significativa do ponto de vista agrícola, que são cerca de 300 hectares que têm potencial, tem uma coisa importante que a Câmara, cerca de 100 hectares não estão identificados, é um bosque paludoso, correspondente a uma zona inundada e com nascentes, que torna aquela zona uma zona limosa e lodosa e com excelentes condições para uma série de coisas. Inclusivamente, faz parte de uma reserva europeia para visitaçao de aves. Na altura, pelos serviços agrícolas, com o rebaixamento da rede hidráulica e Valença podia utilizar, do ponto de vista da memória, a primeira sociedade da agricultura de grupo foi criada em Portugal, no âmbito do Estado Novo, no segundo Plano de Fomento, foi em São Pedro da Torre, Arão e Cristelo Covo apanha aquela mancha toda, é a zona da Veiga da Veiga da Mira. A elaboração do projeto de emparcelamento pela Câmara Municipal, é uma questão de atualizar e renovar o trabalho feito e que tem potencial em duas perspetivas: na perspetiva produtiva, porque tem cerca de 200 hectares que têm interesse agrícola na margem do rio e uma parte mais para o interior; e depois tem uma parte muito importante, que inclusivamente já foi objeto de um primeiro trabalho e que não sei em que ponto está neste momento, que tem a ver com a identificação dos valores ambientais daquele espaço. No âmbito do estudo de *habitats* feitos para o PDM que está em vigor. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o Plano de Desenvolvimento Agrário apresentado tem como objetivo melhorar as condições agrárias e dos agricultores no concelho. Será objeto de publicação no site. _____

Terminadas as intervenções e esclarecimentos, passou-se a votação individualizada dos seguintes pontos:

- **PROJETO DE REGULAMENTO DE INCENTIVO À PRODUÇÃO PECUÁRIA EM VALENÇA**_Num universo de **27 (vinte e sete)** Membros, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade** regulamento de incentivo à produção pecuária em Valença. _____
- **PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS MODOS DE PRODUÇÃO INTEGRADA E PRODUÇÃO BIOLÓGICA**_Num universo de **27 (vinte e sete)** Membros, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, o regulamento municipal de atribuição de incentivos à produção agrícola nos modos de produção integrada e produção biológica. _____

PONTO 9 – REGULAMENTO MUNICIPAL DA REDE MUSEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

Por proposta apresentada pela Câmara Municipal aprovada em sua reunião realizada no dia 17 de abril corrente, foi presente o regulamento municipal da rede museológica do município de Valença. O Presidente da Assembleia procedeu à abertura do período de inscrição ao ponto, tendo-se registado as seguinte: _____

- **O Deputado José António Nogueira** disse que a criação desta rede museológica visa transmitir conhecimento integrado, preservar e divulgar o património, proporcionando a cultura em todas as suas

vertentes. Entende-se que este seja um projeto de visibilidade e resultados claros, permitem desta forma, uma fácil gestão nestes domínios, lê-se, em suma, no *site* do Município: “A valorização dos recursos locais da História é uma das grandes tendências de promoção da atividade turística de Valença. Local de passagem e de visita fugaz para uma Valença de passar férias e visitar demoradamente, vai um grande passo. Passo este que, com este projeto de regulamento, se atenua. E isto, para além das outras valências e sinergias que, porque constam do texto, me escuso a enumerar”. É uma enorme vantagem para os valencianos residentes, pelo que votaria favoravelmente. _____

- **O Deputado Sebastião Alves**, em relação ao Museu do Bombeiro, disse que teve a honra de inaugurar esse espaço como presidente na altura dos Bombeiros, em substituição do Dr. Mário Marques Pedra, que, entretanto, tinha falecido e ficou dois anos a gerir os Bombeiros. Foi entrevistado inclusivamente pelo famoso Luís Goucha no Monte da Virgem e conseguiram reter este acervo em Valença, muito à tangente porque Viana e Ponte de Lima andavam em cima do Sr. Manolo Valdez Sobral, de quem teve a particularidade de ser muito amigo. Chamou-o a atenção dizendo-lhe “Senhor Presidente, afinal, um louvor desta natureza, uma grandeza extraordinária para a execução de um projeto que demorou seis anos a fazer, seis anos a fazer, projeto que eu fazia em 15 dias ou um mês, bem, seis anos. Mas são estas coisas, depois riu-se e disse-me: “Bem, isto é político, tudo bem, tudo bem”. Acontece que estiveram na iminência de perder este acervo e apesar de o Sr. Manolo Valdez Sobral já não ter visto o espaço, porque, entretanto, faleceu, a família manteve a sua vontade e o acervo continua. Em relação ao artigo sétimo, à coleção visitável de Radiofonia, sita no Arquivo Municipal sob a tutela da família Vaz gestão do Município de Valença, disse que o Presidente da Câmara prometeu que este acervo iria, na sua totalidade, passar a existir na casa das Varandas. Todos aqueles rádios, alguns autênticas bis armas, no tempo do Sr. Sansão Vaz, todos funcionavam. Termos em que solicitou que explanasse algo mais sobre aquilo que está escrito. _____

- **O Deputado Luís Brandão** mencionou que é com agrado que vê surgir este projeto de regulamento que visa disciplinar e organizar a disponibilidade de núcleos, coleções, uma série de situações tipificadas no instrumento para aquilo que se pretende para o acervo histórico, documental, patrimonial, que o concelho tem. Só não encontrou – e, se calhar, foi leitura apressada – nada relacionado com publicitação e a preparação de documentos de divulgação deste conjunto. Alertou para a necessidade de que este regulamento se materialize em documentação de acesso fácil e que seja, de facto, promotor do património que Valença tem. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal referiu que o objeto do presente regulamento visa integrar um conjunto de museus, núcleos museológicos e centros interpretativos de Valença num único documento. Deu nota que o Museu da Rádio vai existir e está quase concluído, assim como também estão a trabalhar num novo espaço para o Museu Ferroviário, este um pouco mais atrasado. Relativamente ao Museu dos Bombeiros referiu que, apesar da sua gestão estar a cargo do Município, não é um espaço municipal e o edifício carece, urgentemente, de obras de requalificação. É um espaço emblemático que tem que ser preservado. Acrescentou que no Paiol de Marte, tem um pequeno núcleo museológico que em breve, será aprovada uma candidatura para o converter num Museu da Restauração. _____

Colocado a votação, a Assembleia Municipal, num universo de **27 (vinte e sete)** Membros aprovou, por unanimidade, o **Regulamento Municipal da Rede Museológica do Município de Valença**. _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à segunda Secretária a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de **27 (vinte e sete)**

Membros aprovada por unanimidade. _____

Finalizada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados pelas 13h15. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por dezanove páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela **Coordenadora Técnica** que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal A Coordenadora Técnica,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	José António Moreira Cerqueira